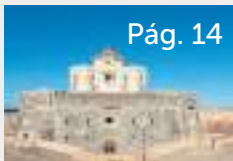


DESTINOS

**NO CASTELO MOURO
PARA REVISITAR A
HISTÓRIA DE ELVAS**



Pág. 14

**PALMELA VIAJA
AO SÉCULO XIV COM
D. AFONSO IV E ORDEM
DE SANTIAGO**

Pág. 13

**'MOVIMENTOS'
DE OUTRAS PARAGENS
NA QUINZENA DE DANÇA
DE ALMADA**

Pág. 12



**Somos
informação
segura**
semmais.pt

+ Região

Diretor
Raul Tavares

Semanário
Região de Setúbal

Edição n.º 1360
9.ª série

DISTRIBUÍDO COM O
Expresso

Sexta-feira
**25 setembro
2026**
0,50

semmais

Enoturismo na região com 150 mil visitantes



O projeto iniciado em 2000 já conta com 23 adegas e é cada vez mais atrativo. Só a Casa Mãe da Rota dos Vinhos, localizada em Palmela, recebeu o ano passado mais de 50 mil visitas.

Págs. 2/3

**UGT DE SETÚBAL
DENUNCIA
"DESPEDIMENTOS
ENCAPOTADOS"
NO DISTRITO**

Pág. 6

**ICAD DO SEIXAL
EM CRISE, FOI
DESPEJADO PELA
UNIDADE LOCAL
DE SAÚDE**

Pág. 5

**AMRS PEDE
APOIO FINANCEIRO
NACIONAL
E INTERNACIONAL
PARA A ARRÁBIDA**

Pág. 4



DEFESA DA ARRIBA FÓSSIL SÓ CHEGA NO INVERNO

Derrocadas ainda são uma ameaça para Porto Brandão e Costa da Caparica. Trabalhos encomendados pelo município podem chegar aos 8 milhões.

Pág. 4



EDUGEP BRINDA AOS 20 ANOS COM CARTEIRA DE DESAFIOS

Pág. 7

SEIXAL CONTA 30 MILHÕES PARA MELHORAR PARQUE ESCOLAR

Pág. 8

SAÚDE

Acompanhamento oncológico também se faz fora do hospital

Pág. 5



HÁ 23 ADEGAS QUE INTEGRAM PROJETO EM EXPANSÃO E CADA VEZ MAIS ATRATIVO

Enoturismo levou ao distrito mais de 150 mil visitantes em 2025

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

O ENOTURISMO é hoje uma das principais atividades promocionais do distrito de Setúbal. Iniciado em 2000 com apenas oito aderentes, encontra-se agora em pleno processo de expansão, contando já com 23 adegas e dezenas de estabelecimentos de restauração. Só no ano passado foram mais de 150 mil pessoas que desfrutaram das várias unidades. A Casa Mãe, com sede localizada em Palmela, recebeu 53.450 visitantes.

“Registamos ao longo dos anos uma tendência de crescimento exponencial, tanto da atividade da casa Mãe da Rota dos Vinhos, com aumento do número de visitantes e número de participantes nas diversas experiências enoturísticas realizadas”, diz ao Semmais o presidente da direção da Associação Rota dos Vinhos da Península de Setúbal (RVPS), Ângelo Machado, lembrando que na sede da instituição podem ser comprados ao preço das adegas todos os vinhos dos 23 produtores que atualmente integram o projeto.

“É uma mais valia para os visitantes, que encontram no mesmo espaço os produtos de todos os produtores aderentes. Além disso podem também dispor de uma grande oferta de outros produtos regionais, nomeadamente o queijo de Azeitão, o mel, a doçaria, azeite, compotas, chocolates ou gelados artesanais. É possível fazerem provas de vinhos harmonizadas com os produtos locais diferenciados e, através da consulta de um catálogo elaborado anualmente, também são fornecidos elementos relativos, por exemplo, a piqueniques na vinha, cruzeiros no Rio Sado e em Sesimbra, e diversas outras atividades relacionadas com a época das vindimas”, acrescenta.

Ângelo Machado, falando do crescimento da atividade, refere a importância do aumento da qualificação do setor. “A aposta contínua na inovação permite ir ao encontro de novos públicos, introduzindo elementos qualificadores para o enoturismo e aliando a economia local aos vinhos. Além disso, o calendário enoturístico disponível ao longo do ano é um ponto de diferenciação face a outras regiões”, afirma.

“O impacto do enoturismo é elevado, e estando esta associação inserida numa região de grande pujança económica e elevada tradição vinícola, as parcerias assumem um papel importante para a promoção turística. A nível institucional, a integração das câmaras municipais do Montijo, Palmela e Setúbal foi vital para a criação de massa crítica, seguida da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa e sem esquecer o Turismo de Portugal”, refere o presidente da RVPS.

É considerada a forma mais barata e eficaz de atrair turismo de qualidade, preservando a memória das populações e localidades que fazem do cultivo da vinha a principal fonte de rendimentos. Casa Mãe da Rota dos Vinhos aponta para o crescimento económico e apela à continuação dos apoios autárquicos.



IMAGENS DR



Palmela ganhou títulos "a reboque" do vinho

O presidente da RVPS enaltece os apoios prestado pelos municípios do Montijo, Setúbal e Palmela e, ao mesmo tempo, lembra que as vantagens acabam por ser recíprocas, lembrando que este último concelho tem obtido diversas distinções nacionais e internacionais em consequência de atividades relacionadas com o vinho e o turismo que gera. “Desde a génese da Associação que a Câmara Municipal de Palmela apoiou este projeto, sendo o edifício sede da Rota dos Vinhos da Península de Setúbal propriedade do município”, diz Ângelo Machado, lembrando que existe um retorno desse mesmo investimento. “É de referir os títulos alcançados pelo município, galardoado como “Cidade dos Vinhos 2009” e “Cidade Europeia dos Vinhos 2012”. Este foi o primeiro município, a nível nacional e internacional, a receber estas distinções e esse facto impulsionou o enoturismo na região”, diz. Falando de projetos da Casa Mãe, o mesmo responsável diz que “existem vários e diferenciados”. Aponta, por exemplo, a “Restauração no Serviço de Vinhos”, como uma iniciativa que visa a qualificação da restauração e o alargamento de vinhos da região na sua carta. Depois, dá igualmente o exemplo das visitas educacionais para os técnicos de atendimento dos municípios e das entidades relacionadas com o turismo envolvidas. “Existem ações de formação como fam ou press trips (que são viagens de promoção turística com apoios incluídos, mas que diferem no público alvo”. Enquanto as fam trips se destinam a agentes de viagens, operadores turísticos e consultores de turismo, visando educar estes profissionais sobre o local ou o serviço que pretendem vender, as press trip têm como principais intervenientes os jornalistas e os criadores de conteúdos digitais, procurando-se desse modo a notoriedade imediata e a divulgação pública através dos meios de comunicação social. Depois de salientar diversas atividades relacionadas com a vindima, a pisa a pé na adega, as provas de vinhos e os debates com enólogos, o presidente da RVPS destacou ainda a ação de promoção da aldeia vinhateira de Fernando Pó, com os visitantes a poderem inteirar-se da realidade local viajando de comboio, mercê de um acordo celebrado com a CP.

ATIVIDADE ALAVANCA A PROMOÇÃO DA REGIÃO

Também a presidente da Entidade Regional de Turismo de Lisboa, Carla Salsinha, destaca a importância do enoturismo na promoção do distrito, lembrando que para que o crescimento desta atividade se intensifique, é “necessário que as câmaras municipais proporcionem as necessárias condições e apoiem todas as iniciativas”

Carla Salsinha, em declarações ao nosso jornal, salienta também que o enoturismo acaba por ter uma elevada repercussão económica em todo o distrito, uma vez que é procurado por “turistas de muita qualidade”. “São visitantes diferenciados e que contribuem para o crescimento económico, mas também para a divulgação da região nos seus países de origem”, diz.

Outro apoiante desta atividade turística é o presidente da Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal (CVRPS), Henrique Soares: “Esta parece-me ser uma das maneiras, ou mesmo a maneira, mais barata e mais eficaz de a região se promover. O enoturismo, pelo que oferece, contribui para divulgar a memória e tornar o conhecimento mais forte”.

Henrique Soares lembra que outros países com larga tradição nesta atividade turística investiram no enoturismo muito antes de Portugal, sendo hoje reconhecidos em todo o mundo pela qualidade dos serviços prestados: “França, Itália, África do Sul, Argentina e tantos outros chegaram a esta fórmula muito antes de nós. A prova de que é um modelo turístico e económico de êxito é o facto de o distrito de Se-

túbal ter começado com apenas oito adegas e de hoje já ter associadas mais de duas dezenas. Este crescimento, tal como aconteceu no resto dos países que adotam estas práticas, impactou a memória das pessoas, criou laços e contribuiu para o desenvolvimento de atividades de excelência”.

Lembrando que a CVRPS esteve envolvida na Rota dos Vinhos desde a sua fundação, o mesmo responsá-

vel entende que o turismo em geral e o enoturismo em particular, reúnem todas as condições para continuarem a progredir no distrito. “Ainda há muito espaço para crescimento. O distrito possui excelentes condições e, em termos de oferta de vinhos, a qualidade está amplamente assegurada. É uma região que tem sabido manter a sua identidade e preservar as tradições”, diz. ■

7 DIAS

CLASSIFICAÇÃO DA ZONA ESPECIAL DE CONSERVAÇÃO NO SADO

O Governo concluiu na segunda-feira a classificação da Zona Especial de Conservação (ZEC) do Estuário do Sado, com a publicação do Decreto-Lei n.º 189/2026, que define novas medidas de conservação, gestão e ordenamento. O diploma estabelece regras para evitar a deterioração dos habitats e a perturbação das espécies protegidas e obriga os planos territoriais a incorporar os objetivos de conservação definidos.

VITÓRIA E ALCOCHETENSE SEGUEM NA TAÇA DE PORTUGAL

O Vitória FC e o GD Alcochetense mantêm a representação do distrito na Taca de Portugal, ao seguirem

ENCONTROS COM A REGIÃO" EM SESIMBRA



Sesimbra acolheu a segunda sessão da iniciativa “Encontros com a Região”, promovida pela Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal. Turismo, cultura, desporto e atratividade territorial estiveram entre os temas em debate, com os dados apresentados a revelarem que o território recebeu 800 mil hóspedes e registou 1.7 milhões de dormidas em 2025.

em frente, no último fim-de-semana, na 'prova rainha' do futebol português. Em Alcains, no concelho de Castelo Branco, os sadinos derrotaram o emblema local por 0-2. Já o conjunto alcochetano venceu em casa por 0-2. Yuran Missael e Valdu Tê fizeram os tentos do encontro.

POLÍCIA MARÍTIMA APREENDE 5.900 LITROS DE COMBUSTÍVEL

Uma embarcação de recreio e uma viatura comercial ligeira, com cerca de 5.900 litros de combustível, foram apreendidos na madrugada de terça-feira pela Polícia Marítima, numa operação realizada em Porto Brandão, no concelho de Almada. As autoridades detetaram ainda uma viatura comercial ligeira que, alegadamente, serviria de apoio logístico à atividade em investigação, transportando no seu interior mais 167 112



Um instrumento como o PRR não deve ser avaliado apenas como despesa pública bem ou mal executada. Deve ser avaliado por aquilo que verdadeiramente decide: se continuamos a ser um país que fabrica

ANTÓNIO REDONDO,
CEO da The Navigator Company,
na apresentação dos resultados de
projetos cofinanciados pelo PRR no
Complexo Industrial de Setúbal.

DERROCADAS AINDA SÃO UMA AMEAÇA PARA PORTO BRANDÃO E COSTA DA CAPARICA

Sustentação da Arriba Fóssil não estará concluída antes do inverno

Há um projeto da Faculdade de Ciências e Tecnologia para travar derrocadas e deslizamentos de terras. Especialistas de universidade inglesa pedem celeridade para garantir financiamento comunitário de obra que pode ir aos oito milhões.

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

OS TRABALHOS de estabilização e sustentação das terras da Arriba Fóssil da Costa da Caparica e em Porto Brandão que a câmara de Almada tem programadas deverão coincidir com o inverno e o período de chuvas intensas. Tal situação está a gerar preocupações entre os moradores da área que foi mais afetada quando, em fevereiro deste ano, se verificaram vários deslizamentos e a destruição de algumas residências.

Um relatório técnico produzido por peritos da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) e ao qual o nosso jornal teve acesso concluiu o que já antes fora anunciado e noticiado: Em Porto Brandão, na Azinhaga dos Formosinhos, a maior parte dos residentes não mais vão voltar a habitar as casas que as tempestades destruíram. Na Costa da Caparica, por sua vez, há casas que também não poderão voltar a ser utilizadas. As vistorias técnicas às habitações afetadas nas duas localidades ainda estão em curso (podem mesmo arrastar-se por mais um mês). Só depois destas estarem totalmente concluídas é que se irá iniciar o processo negocial que prevê indemnizações por expropriação e realojamentos.

A intenção dos técnicos municipais e da FCT é construir, antes da chegada do inverno, as valas de retenção e as barreiras capazes de sustentar os deslizamentos de terra, de modo a evitar que residências que não foram muito afetadas quando da última invernada, possam agora ficar



a salvo. Com um prazo de execução da maior parte dos trabalhos estimado em cerca de cinco meses, uma das primeiras medidas será a demolição das casas que já foram dadas como irrecuperáveis.

Se em Porto Brandão a área interdita à circulação de pessoas e viaturas se circunscreve à Azinhaga dos Formosinhos, já na Costa da Caparica há, pelo menos, quatro arruamentos considerados em risco. São, de resto, os mesmos locais que sofreram maior impacto de terra e rochas em fevereiro. Para essas zonas, para além de barreiras de proteção (com malhas metálicas e pedra) estão igualmente previstas construção de valas que sustentem as águas e a plantação de vegetação capaz de travar a erosão da Arriba.

CORRIDA CONTRA O TEMPO PARA GARANTIR FINANCIAMENTO

Entretanto técnicos de uma universidade inglesa também fizeram estudos por iniciativa própria e concluíram que será possível travar a erosão imediata realizando uma intervenção cujo custo poderá ir dos seis até aos oito milhões. Apesar de convidadas para participarem num workshop realizado a 4 de setembro, no posto de turismo da Costa da Caparica, a câmara de Almada e também a Junta de Freguesia da Costa da Caparica não se fizeram representar.

O workshop promovido pelo Movimento Futuro da Costa teve a participação da Liverpool John Moores University, representada pela enge-

nheira civil e professora catedrática de bio-materiais para infraestruturas, Ana Brás.

“No encontro, que reuniu moradores, comerciantes e muitos outros elementos da comunidade local, a perita da Liverpool John Moores apresentou uma solução de engenharia orientada especificamente para tratar a causa estrutural da instabilidade da arriba por saturação hídrica, complementando as barreiras dinâmicas a instalar pela câmara”, disse ao Semmais um dos ativistas do Movimento Futuro da Costa, Pedro Félix. “Foi formalizada uma declaração de apoio da comunidade à solução apresentada e pedido com carácter de urgência a intervenção da autarquia e da Agência Portuguesa do Ambiente, para que estas entidades iniciem de imediato a recolha de todos os elementos necessários para que os trabalhos possam ser suportados por fundos comunitários. A entrega das candidaturas para o Portugal 2030/Sustentável 2030, encerra a 20 de outubro. Até agora ainda não obtivemos resposta”, acrescentou.

No documento apresentado pela universidade inglesa é referido que a participação europeia para os trabalhos propostos pode atingir os 85 por cento. A participação camarária, partindo do preço de intervenção mais baixo estimado (seis milhões de euros) seria de 900 mil euros. O Semmais pediu à câmara de Almada, na passada semana, que fossem prestados esclarecimentos relativos a algum estudo em curso, os custos de uma possível intervenção e quais as medidas previstas para serem aplicadas ainda antes do início do Inverno. Não foi dada qualquer resposta. ■

AMRS diz que Arrábida precisa de apoio financeiro nacional e internacional

A **ARRÁBIDA** está a celebrar o primeiro aniversário desde que foi classificada pela UNESCO como Reserva da Biosfera. A data é assinalada com iniciativas de carácter lúdico, cultural e ambiental e, também, com o aviso de que para poder continuar a desenvolver projetos nas mais variadas áreas de intervenção é necessário obter financiamentos que vão muito além das capacidades das entidades responsáveis pela gestão.

Em declarações ao Semmais, a presidente da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS), Ana Teresa Vicente, disse que assegurar os fundos necessários para dar continuidade aos projetos pensados é uma tarefa que

ultrapassa a capacidade de todos os intervenientes. “Nem a AMRS, as câmaras de Palmela, Sesimbra e Setúbal e o ICNF têm capacidade financeira para poderem dar continuidade ao que está programado. É necessária a intervenção do Estado e também das entidades internacionais”, assegurou.

Sem querer especificar os montantes considerados necessários, a presidente da AMRS, insiste que “é preciso assegurar os investimentos que ainda não estão totalmente garantidos, até para se poderem avançar com outras propostas das comunidades e entidades que ajudam a desenvolver os projetos”.

A preservação ambiental e dos costumes e práticas associados às populações locais tem sido um dos objetivos propostos que, na opinião de Ana Teresa Vicente, têm contribuído para o sucesso da Arrábida enquanto Reserva da Biosfera. “Hoje a Arrábida está nas agendas. Existe uma verdadeira sensibilização ecológica e a região tem muitos mais visitantes. Tornou-se uma referência em termos turísticos”, sublinhou.

“Há um trabalho de desenvolvimento de conteúdos, de delimitação de áreas de produção, que tem vindo a ser feito com a participação das entidades gestoras, associações e universidades. Os projetos que estão em curso têm con-

tribuído para atingir objetivos, como a organização de visitas, exposições e debates”, adiantou a mesma responsável, sublinhando que atualmente têm grande adesão atividades como a observação de estrelas ou os contos.

Fazendo um balanço deste primeiro ano, Ana Teresa Vicente, que também lidera o município de Palmela, disse que o mesmo se tem caracterizado pela consolidação institucional de diversos órgãos. “Existem comissões consultiva, técnica e de acompanhamento cujo trabalho é determinante, pois é a partir dos seus desempenhos que se pensam e desenvolvem projetos que vão desde o fomento turístico, às boas práticas ambientais. É preciso criar coesão, um modelo de trabalho conjunto e é nesse sentido que tem sido desenvolvido muito trabalho neste primeiro ano”, disse. ■

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO



Acompanhamento de doentes oncológicos ultrapassa as portas do hospital

Só na Unidade Local de Saúde do Arco Ribeirinho, que abrange mais de 235 mil utentes de quatro concelhos, são acompanhadas 9200 pessoas com patologia oncológica. Mas a doença não termina à porta do hospital.

MAIS de 9.200 pessoas com patologia oncológica foram acompanhadas em consulta externa pela Unidade Local de Saúde do Arco Ribeirinho (ULSAR) durante 2025 e o primeiro semestre deste ano. Os números, obtidos pelo Semmais, dão uma dimensão da resposta hospitalar, mas também ajudam a perceber uma realidade que se prolonga muito para além das consultas, tratamentos e cirurgias.

Cancro da mama e da próstata, doenças dos órgãos do sistema digestivo, colo do útero e bexiga estão entre as patologias mais frequentes acompanhadas pela ULSAR, que assegura cuidados a mais de 235 mil utentes dos concelhos de Alcochete, Barreiro, Montijo e Moita.

No mesmo período, foram realizadas mais de 8.600 sessões de quimioterapia e 31 mil tratamentos de radioterapia.

A ULSAR destaca ainda a redução do tempo de espera por cirurgia oncológica. A mediana passou de 26 dias, em 30 de junho de 2025, para 14 dias na mesma data deste ano. No final do primeiro semestre, estavam inscritos 42 utentes para cirurgia, 88% dos quais dentro do “Tempo Máximo de Resposta Garantido”.

Os dados, contudo, não permitem desenhar um retrato glo-

bal do distrito. O Semmais contactou as quatro unidades locais de saúde com intervenção no território para obter informação atualizada, mas a ULSAR foi a única a responder em tempo útil.

QUANDO A DOENÇA PESA NO ORÇAMENTO

A resposta ao cancro não se esgota na medicina. Para algumas famílias, o diagnóstico significa também perda de rendimentos, aumento de despesas e dificuldades em garantir necessidades básicas.

É neste espaço que intervém a Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC), através do Grupo de Apoio de Setúbal e das delegações de Almada, Seixal e Alcácer do Sal.

Medicamentos e alimentação estão entre as necessidades identificadas. “Não vamos deixar a pessoa abandonada”, afirma José Paulo Lucena, membro da direção do Núcleo Regional do Sul e coordenador em Setúbal. E se a doença impedir alguém de pagar “a renda da casa, a água ou a luz”, a Liga pode avançar com um primeiro apoio, seguindo-se uma avaliação da situação económica.

Em 2026, os dados disponibilizados pela LPCC contabilizam 51 utentes apoiados em Setúbal, 12 em Almada, oito no Seixal e

dois em Alcácer do Sal. Até ao final de agosto, os apoios concedidos ultrapassavam os 17 mil euros.

Há ainda uma dimensão menos visível: a psicológica. O diagnóstico, os tratamentos prolongados, a incerteza e as alterações na vida familiar podem pesar tanto sobre os doentes como sobre quem os acompanha.

A psico-oncologia é, por isso, uma das respostas que a Liga tem vindo a reforçar, abrangendo também familiares e cuidadores. Só este ano, segundo os dados disponibilizados pela organização, tinham sido realizadas 205 consultas em Setúbal, 72 no Seixal e 15 em Almada.

Mas o acesso ao apoio não é igual em todo o distrito. A sul de Setúbal permanece uma área onde a presença formal da Liga é mais reduzida. José Paulo Lucena fala numa “mancha muito vazia” e admite a necessidade de reforçar a rede, nomeadamente através dos contactos que estão a decorrer em Santiago do Cacém.

A intenção é aproximar a resposta das populações e reduzir a distância entre quem precisa de ajuda e quem a pode prestar. “Nós devemos descentralizar a nossa atuação, enfrentar este desafio e chegar às pessoas”, defende. ■

TEXTO DAVID MARCOS

ICAD do Seixal foi despejado pela ULSAS

Consultas a cerca de 300 dependentes estão a ser dadas em Almada. Autarquia seixalense já disponibilizou espaço para que o serviço seja retomado na cidade.

A mesma responsável garantiu, no entanto, que todos os utentes estão a ser acompanhados, tendo as consultas (que no Seixal se processavam três vezes por semana) passado para Almada: “É uma situação transitória e que estará resolvida a breve prazo, uma vez que a câmara do Seixal, por intermédio do seu presidente, se apressou a encontrar uma solução”.

“Estamos a falar de pessoas, de famílias e de uma resposta de saúde pública que não pode ser descontinuada, que dá apoio a mais de 300 utentes que se querem livrar de dependências e que, por isso, necessitam de todo o apoio”, escreveu, numa página online pessoal, o presidente do município, Paulo Silva. “Não podemos aceitar que se encerrem instalações e respostas fundamentais no concelho no combate às dependências”, acrescentou.

O autarca sublinhou que “o concelho do Seixal precisa destas respostas e por isso a Câmara Municipal vai disponibilizar instalações para o ICAD funcionar. O que o Governo, através da ULSAS, tira, a Câmara Municipal do Seixal dá”.

O regresso do ICAD ao Seixal deverá ocorrer a muito breve trecho, bastando que estejam concluídos alguns pequenos trabalhos de adaptação no edifício que o município disponibilizou. “Estamos, naturalmente, muito agradecidos ao presidente da câmara do Seixal, que demonstrou sensibilidade para ajudar a resolver o problema”, adiantou Armanda Góis. ■

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO



UGT denuncia “despedimentos encapotados” no distrito

Patrões negoceiam saídas com operários com a folha menos limpa. Mais tarde, quando precisam, contratam outros com ordenados mais baixos e vínculo precário. Há quem meta baixa por não ganhar o suficiente para abastecer o carro e ir trabalhar.

NO ÚLTIMO ano e meio várias centenas de trabalhadores da área industrial da península de Setúbal e também do Litoral Alentejano terão ficado sem trabalho depois de serem confrontados pelas entidades patronais com possíveis processos disciplinares tendo em vista o despedimento. Os dirigentes distritais da União Geral de Trabalhadores (UGT) dizem que esta é uma forma de “despedimento encapotado” e de bullying. Muita gente aceita sair dos empregos recebendo a indemnização e mais uns milhares de euros sem contestar os argumentos dos patrões e sem sequer ter a oportunidade de receber formação profissional que os habilite a trabalhar noutras áreas.

“Temos conhecimento de que esta prática tem vindo a ocorrer desde o ano passado. Não são despedimentos coletivos, mas são formas de pressão exercidas sobre trabalhadores que terão problemas de assiduidade, pontualidade, desempenho ou até por estarem sindicalizados”, explicou ao Semmais o presidente da UGT de Setúbal, Manuel Fernandes.

O dirigente sindical refere que são empresas de “grande dimensão” e da “área industrial”

que estão a praticar esta forma de despedimento que só recentemente foi conhecida porque, diz, existem acordos de confidencialidade assinados no momento em que os trabalhadores aceitam sair que, se forem quebrados, podem dar origem a procedimento judicial. “Há uma série de casos em que os patrões chamam os empregados propondo-lhe a saída e argumentando que os mesmos tiveram mau desempenho laboral, com avaliações negativas, mas também porque são reincidentes em questões como a pontualidade ou o absentismo. Esta é uma fórmula que difere dos despedimentos coletivos, muito praticados este ano em empre-

sas do Norte do país, mas que se parece basear em pressupostos que nem sempre são verdadeiros. Do que temos apurado, este é apenas um estratagemma que tens objetivos financeiros. Já temos conhecimento de casos em que a saída foi proposta a delegados sindicais cujo ‘crime’ terá sido proporem a sindicalização a outros funcionários. Está, evidentemente, posta em causa a opção individual de cada um aderir ou não a um sindicato”, adiantou.

“Naturalmente que estes processos, que já envolvem centenas de pessoas, estão a ocorrer num ciclo financeiro desfavorável para as empresas. Pretende-se apenas obter a re-



dução de custos fixos. O que vai acontecer de seguida, quando os empregadores voltarem a necessitar de mão-de-obra, é o recrutamento de outras pessoas com vencimentos mais baixos e contratos precários”, acrescentou.

“EMPRESÁRIOS DESAFIAM ESTADO DE DIREITO”

Para o dirigente da UGT, a atual situação que se vive no distrito e que, por enquanto, apenas estará a afetar os trabalhadores de grandes empresas,

é “um desafio dos empresários mais poderosos e sem escrúpulos que colocam em causa o estado de Direito”.

“Os trabalhadores estão receosos. Dizem-nos que caso não assinem os acordos para a sua saída, e que em alguns casos até podem render mais quatro ou cinco milhares de euros, acabam por ser alvo de processos disciplinares tendo em vista o despedimento por justa causa”, explica Manuel Fernandes.

O sindicalista afirma que atualmente existe um ambiente de bullying em várias empresas de maiores dimensões: “O que acontece é que são postas em causa entidades como os tribunais, a Autoridade para as Condições no Trabalho e os sindicatos. Está a imperar a lei da força, a mesma desenvolvida por Trump”.

Atualmente, no distrito de Setúbal, a taxa de desemprego é de seis por cento, ao passo que a média do país é de 5,2 por cento. ■

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

“Há quem meta baixa por não ter dinheiro para ir trabalhar”

Os casos de necessidade avolumam-se no distrito. Muitas pessoas para se deslocarem diariamente para o local de trabalho são obrigadas a fazer diariamente dezenas de quilómetros em viatura própria, porque não há transportes públicos adequados. Essa situação, diz Manuel Fernandes, faz com que alguns trabalhadores passem por situações que, no mínimo, são caricatas. “Conheço uma pessoa que meteu baixa porque

deixou de ter dinheiro para pagar para ir trabalhar. Deixou de ter dinheiro para o combustível. É uma situação muito grave e ilustrativa do mal que se paga”, refere. “Por enquanto não existe um aumento significativo do desemprego, mas há ordenados muito precários e muitas empresas em situação de grande dificuldade, que pagam os ordenados em partes, normalmente de 15 em 15 dias”, acrescenta.

Percurso do Metro decidido até final do ano

O TRAÇADO da rede do Metro ao Sul do Tejo até à Costa da Caparica e Trafaria só deverá ser conhecido no final do ano, altura em que o grupo de trabalho que acompanha o projeto se irá pronunciar relativamente a cada uma das duas alternativas em equação.

De acordo com o que foi divulgado pela câmara de Almada existem neste momento dois percursos que estão a ser equacionados. O primeiro, denominado Traçado de Referência é composto por oito estações distribuídas ao longo de 6,7 quilómetros. O segundo, o Traçado Base, tem uma extensão de 7,3 quilómetros e dez estações. Esta

segunda opção, de acordo com o que o Semmais apurou, será a que reúne maior consenso, uma vez que prevê a construção do terminal mais próximo da estação fluvial da Trafaria, melhorando assim a ligação entre os dois tipos de transporte. A proximidade ao possível túnel sob o Tejo, que se prevê possa vir a ligar a Trafaria a Algés, é outro dos aspetos que tem sido ponderado.

Em fase de consulta pública, os dois traçados estão a ser alvo da participação dos residentes, tendo já sido registados mais de 1.200 contributos. O estudo de impacto ambiental de cada uma das propostas deverá ser determinante para a escolha. Só então



todos os elementos serão canalizados para o Governo, que irá marcar o início das obras. O trajeto entre a Faculdade de Ciência e Tecnologia, no Monte da Caparica e a Trafaria, poderá estar a funcionar em 2029, sendo o tempo de deslocação estimado em 19 minutos. ■

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

PCP insiste no fim das portagens

O GRUPO Parlamentar do PCP apresentou esta semana uma nova proposta visando o fim da cobrança de portagem nas pontes 25 de Abril e Vasco da Gama. Os comunistas dizem que estas são as únicas duas travessias do país que são pagas, situação que coloca os residentes da margem Sul do Tejo em plano de desigualdade com o resto dos utentes das restantes autoestradas do país.

Em comunicado, o PCP diz que a cobrança de portagens naquelas travessias nada tem a ver com a salvaguarda dos interesses ambientais (possível dissuasão de utilização de viaturas próprias) mas antes com

a obtenção de receitas que revertem a favor da Lusoponte (Mota Engil e Vinci), entidade que gere aquelas estruturas. É igualmente lembrado o aumento dos custos da travessia decretado há três anos, agravado entre 15 e 25 centimos para os veículos de categoria 1, e 50 centimos e dois euros para os camiões.

Num documento com quatro pontos, os comunistas entendem que a concessão das pontes deve cessar de imediato, passando para o domínio público (Infraestruturas de Portugal). ■

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

INSTITUIÇÃO CELEBROU ANIVERSÁRIO COM OS OLHOS POSTOS NO FUTURO

EDUGEP chega aos 20 anos com ambição e carteira de projetos



Empresa celebrou duas décadas de atividade com um jantar de gala. Os fundadores António Gonçalves e António Canhão recordaram um percurso assente na confiança e apontaram a inovação como futuro. Maria do Carmo Tiago destacou o papel da empresa numa Setúbal que se quer cada vez mais educadora.



TEXTO ANABELA VENTURA

HÁ 20 ANOS, a EDUGEP começou em Setúbal como um centro de apoio escolar. Hoje, é uma empresa com 192 colaboradores, mais de 200 prestadores de serviços e uma presença que ultrapassa largamente aquele ponto de partida. A história foi celebrada sexta-feira, na Quinta do Cerrado, num jantar de gala que reuniu colaboradores, autarcas, responsáveis da Administração Pública e representantes de escolas.

Mais do que assinalar uma data, a noite serviu para revisitar um percurso construído em torno da educação e da formação e lançar um olhar sobre os desafios que se seguem.

António Gonçalves, diretor executivo e um dos fundadores, assumiu a ambição de continuar a fazer da EDUGEP uma referência no distrito e além dele, através de serviços educativos e formativos de qualidade, capazes de preparar cidadãos para um mundo em transformação.

“Traçamos o futuro com uma visão clara”, afirmou, apontando como horizonte a liderança nos setores em que a empresa atua, através de soluções capazes de antecipar necessidades e contribuir para a trajetória profissional e pessoal dos seus destinatários.

O caminho, reconhece, está longe de terminado. António Gonçalves recuperou uma frase utilizada há oito anos, aquando da renovação da marca:

“Quando sopram ventos de mudança, alguns acendem fogueiras, outros erguem barreiras e nós erguemos moinhos de ventos.” Oito anos depois, a ideia mantém-se: “Continuamos a erguer moinhos, mas ainda não terminámos.”

EDUCAÇÃO COMO COMPROMISSO

Para António Canhão, diretor para a área da Formação e Projetos e também fundador da EDUGEP, a história da empresa não pode ser dissociada de uma determinada forma de olhar para a educação.

“A Educação não pode ser como um negócio qualquer, mas como um compromisso com o futuro das pessoas”, afirmou, colocando no centro crianças, jovens e adultos que encontram no conhecimento uma oportunidade de realização e de construção de uma vida melhor.

É também nesse percurso que Canhão coloca uma das marcas dos 20 anos da empresa: “Ao longo destes 20 anos construímos algo que não se improvisa; relações de confiança.”

Uma confiança que, na sua perspetiva, ultrapassa a relação entre empresa e cliente. A educação, defendeu, é um bem comum e uma responsabilidade partilhada entre Estado, autarquias, instituições, empresas, associações e sociedade civil.

Para os próximos anos, a EDUGEP pretende consolidar a internacionalização através da participação em redes europeias de trabalho colaborativo, desenvolvendo novos produtos pedagógicos e metodologias ativas. A empresa pretende também promover intercâmbios de jovens, técnicos e formadores com organizações educativas de outros países europeus.

“UMA CIDADE QUE APRENDE”

A ligação a Setúbal esteve igualmente presente na celebração. Maria do Carmo Tiago, vice-presidente da Câmara Municipal, destacou o “papel particularmente importante” da EDUGEP numa cidade que assumiu o compromisso de ser uma cidade educadora.

“Uma cidade educadora é também uma cidade que aprende, é uma cidade que sabe inovar, formar e criar oportunidades”, afirmou a autarca, sublinhando a relação de cooperação que o município tem vindo a construir com a empresa.

Maria do Carmo Tiago lembrou que Setúbal integra a Associação Internacional de Cidades Educadoras desde 2012 e tem procurado desenvolver políticas e projetos centrados na aprendizagem, participação e qualificação das pessoas. Nesse contexto, considerou particularmente relevante a presença e o investimento da EDUGEP na cidade.

A vice-presidente deixou ainda clara a intenção do município de continuar a trabalhar em conjunto com a empresa, concretizando a ideia de que a educação é uma responsabilidade partilhada.

UMA NOVA ETAPA

A celebração dos 20 anos acontece numa altura em que a EDUGEP reforça também a sua estrutura. Em dezembro do ano passado, a empresa inaugurou uma nova sede, na Rua Dr. António Manuel Gamito, com 1600 metros quadrados e espaços dedicados ao apoio escolar, línguas e área digital, além de um Maker Lab vocacionado para a aprendizagem STEAM.

O investimento traduz uma estratégia de crescimento que passa por aproximar diferentes áreas da educação e formação e responder às mudanças introduzidas pela tecnologia.

Na Quinta do Cerrado, entre discursos, reencontros e música do Quarteto Musa, os 20 anos foram, por isso, mais do que uma celebração do passado. Foram também um ponto de partida.

A empresa que nasceu em Setúbal há duas décadas quer continuar a crescer a partir da cidade onde começou, conciliando o apoio às pessoas e aos seus percursos educativos com novas ferramentas e formas de aprender. ■

CRESCIMENTO POPULACIONAL PRESSIONA REDE ESCOLAR DO CONCELHO

Seixal investe mais de 30 milhões de euros em escolas

Obras abrangem estabelecimentos em Fernão Ferro, Corroios, Amora e Arrentela. Município vai ainda avançar com os projetos de duas novas escolas de 2.º e 3.º ciclos e secundário.

TEXTO DAVID MARCOS

O SEIXAL está a investir mais de 30 milhões de euros na construção, ampliação e requalificação de escolas e jardins de infância, numa resposta ao crescimento populacional e à necessidade de aumentar a capacidade da rede escolar. A maior parte do investimento é suportada pelo orçamento municipal, com cerca de dois milhões de euros provenientes, até ao momento, do Portugal 2030.

“É sem dúvida um investimento enorme que estamos a fazer para criarmos melhores condições para os nossos alunos”, afirma ao Semmais o presidente da câmara do Seixal, Paulo Silva.

Entre as intervenções já realizadas ou em curso está a Escola das Lagoas, em Fernão Ferro, entretanto inaugurada, e a Escola do Pinhal do General, na mesma freguesia, que aguarda visto do Tribunal de Contas. Em Corroios está em

construção a Escola do Pinhal Vidal e, nos Foros de Amora, está prevista uma nova escola. A lista inclui ainda o Jardim de Infância do Fogueteiro e obras de ampliação e requalificação nas escolas básicas da Arrentela e da Quinta de Porto Alegre, na Amora. Seguir-se-ão intervenções no Bairro Novo, Fogueteiro e Nuno Álvares Pereira.

DUAS NOVAS ESCOLAS CONSIDERADAS URGENTES

A autarquia vai também assumir os projetos de duas novas escolas de 2.º e 3.º ciclos e secundário, em Fernão Ferro e Corroios, embora a construção seja da responsabilidade do Estado. Cada projeto deverá representar um investimento de cerca de 300 mil euros e os terrenos já estão disponíveis. “Vamos custear os projetos para depois reunirmos com o Governo e exigirmos o financiamento



IMAGEM DR

para a construção destas escolas”, explica Paulo Silva.

A construção de cada estabelecimento está estimada em cerca de 15 milhões de euros, com capacidade para 750 a mil alunos em regime normal. Para o autarca, ambas são “urgentes”, sobretudo depois das dificuldades verificadas no processo de matrículas.

Fernão Ferro, por exemplo, não dispõe atualmente de uma escola destes níveis de ensino. Em Corroios, com cerca de 60 mil habitantes, existem uma escola secundária e duas de 2.º e 3.º ciclos.

A pressão sobre a rede acompanha o crescimento demográfico do concelho. Segundo os dados citados por

Paulo Silva, o Seixal passou de 165 mil habitantes nos Censos de 2021 para cerca de 198 mil no final de 2025.

As dificuldades na colocação de alunos no arranque do atual ano letivo foram um reflexo dessa pressão. Embora as matrículas não sejam competência municipal, a autarquia acompanhou os casos pendentes e participou numa reunião no ministério da Educação. Segundo a informação transmitida pela secretaria de Estado, foram encontradas vagas para as situações que permaneciam por resolver.

Quanto aos professores, Paulo Silva admite que ainda existem casos sem colocação, mas afasta um cenário generalizado de falta de docentes. “Nas conversas que tenho tido com os diretores, não tem havido muitas queixas de falta de professores”, afirma. ■

Almada procura com a EPAL reforçar segurança no abastecimento de água

Solução em estudo prevê levar água superficial ao concelho, depois das dificuldades sentidas no início do verão.

O ABASTECIMENTO de água em Almada poderá passar a contar com uma segunda origem, de água superficial, para reforçar a segurança do sistema e reduzir a dependência das captações subterrâneas. A câmara, os Serviços Municipais de Água e Saneamento (SMAS) e a Empresa Portuguesa das Águas Livres (EPAL) assinaram um acordo para estudar uma solução complementar ao atual modelo.

Estão em análise dois cenários, com capacidades anuais entre quatro e seis milhões de metros cúbicos e entre 10 e 12 milhões. Segundo José Manuel Sardinha, presidente da EPAL, estes volumes correspondem, respetivamente, a cerca de 30%

e 60% das necessidades de Almada, permitindo criar uma alternativa para períodos de maior pressão sobre o sistema ou em caso de falha no abastecimento.

A solução deverá passar pela ligação à rede da EPAL na zona de Lisboa, junto à Ponte 25 de Abril, através de duas condutas que transportarão água até dois reservatórios do concelho situados nas cotas mais elevadas. A EPAL ficará responsável pelo estudo, seguindo-se, caso a solução avance, a elaboração do projeto e os respetivos licenciamentos.

As dificuldades registadas no início do verão reforçaram a necessidade de encontrar uma alternativa. Inês de Medeiros

recordou que houve famílias privadas de água e considerou que a situação expôs uma fragilidade estrutural do sistema, dependente em grande medida de captações localizadas no Seixal. “Multiplicar furos no mesmo aquífero não pode ser a nossa resposta do futuro”, defendeu a edil.

Entretanto, os níveis dos reservatórios apresentam agora um cenário bastante diferente. Maria da Graça Carvalho revelou que, a 9 de julho, algumas reservas estavam abaixo dos 10%, tendo uma delas chegado aos 3%. Segundo Luís Palma, presidente dos SMAS, ao Semmais, “os valores situam-se agora globalmente entre 75% e 80%”.



IMAGEM DR

Para esta recuperação contribuíram os cortes programados e a entrada em funcionamento de dois furos entre o final de junho e o início de julho. Desde então, assegurou Luís Palma, Almada atravessou o restante verão “sem intermitências no abastecimento”.

Nem todas as questões imediatas estão, contudo, resolvidas. Falta solucionar a situação do CBR2, uma das captações localizadas no Seixal. Segundo a ministra do Ambiente e Ener-

gia, está a ser concretizado um entendimento entre os dois municípios que deverá permitir o licenciamento do furo.

Já a solução envolvendo a EPAL aponta para um horizonte mais alargado. Inês de Medeiros acredita que o estudo poderá ser concluído rapidamente, mas admite que a futura obra terá um prazo de implementação estimado entre três e três anos e meio. ■

TEXTO DAVID MARCOS

outubro 2026

destaques



JOAQUIM D'ALMEIDA
CINEMA-TEATRO



04
out.

dom. 21h30

CAPICUA

"Um gelado antes do fim do mundo"

MÚSICA // M/6

Plateia 10€ // 1.º e 2.º balcão 7,5€

3.º Balcão 5€

Duração 75'

RADAR
DOS
SONS



10
out.

sáb. 21h30

MILHANAS

MÚSICA // M/6

Plateia 10€ // 1.º e 2.º balcão 7,5€

3.º Balcão 5€

Duração 75'

SET

VISITE
O NOSSO
WEBSITE
www.ctja.pt



Montijo
Câmara Municipal

Associação
REPÚBLICA
POBOLISTA

deARTES
Associação de Artes e Ofícios

TCP
Associação de Artes e Ofícios

f | @ctjamontijo

SUCESSOR DE ARMINDO PEREIRA CONHECIDO NO DOMINGO

Corrida a dois pelo basquetebol de Setúbal após mais de quatro décadas

Sufrágio coloca frente a frente candidaturas lideradas por António Carlos e Cristina Abrantes. Armindo Pereira deixa a presidência, mas integra uma das listas.

TEXTO DAVID MARCOS

PELA PRIMEIRA VEZ em mais de quatro décadas, a Associação de Basquetebol de Setúbal vai a eleições com duas listas a disputar a liderança dos órgãos sociais para o ciclo 2026-2030. O ato eleitoral realiza-se este domingo e coloca frente a frente as candidaturas de Cristina Abrantes e António Carlos, marcando a saída de Armindo Pereira da presidência.

Depois de vários mandatos, Armindo Pereira não se recandidata à direção, mas integra a lista de Cristina Abrantes como candidato à presidência da Mesa da Assembleia Geral.

António Carlos diz ter avançado depois de ser contactado por clubes do distrito. Inicialmente disponível apenas para integrar uma futura direção, acabou por formar a própria lista perante a ausência de outras candidaturas. Apresenta-se a votos sob o lema “É tempo de mudar”. “Falei com todos os clubes do distrito para tentar ter uma sensibilidade em relação à candidatura. Foi positiva e



IMAGEM DR

decidi ir avançando”, explica ao Semmais.

Sem fazer da gestão dos últimos 43 anos o centro da sua candidatura, António Carlos aponta para cerca de 2500 praticantes e 16 clubes ativos e considera existir “um potencial enorme” para desenvolver a modalidade no distrito. “Não levo nenhuma varinha mágica, mas levo muitas

ideias, muita capacidade e muita equipa”, afirma.

Os primeiros 100 dias de um eventual mandato seriam dedicados a aprofundar o diagnóstico da realidade distrital, apesar de já ter visitado os clubes. Para o candidato, a associação deve assumir um papel mais interventivo. “Se não conseguirmos ajudar os clubes a

mudar e a andar para a frente, dificilmente a associação fará alguma coisa. A associação não pode ser apenas uma entidade administrativa que marca jogos e faz calendários.”

MAIS JOVENS E MAIOR LIGAÇÃO ÀS AUTARQUIAS

Alargar a base de praticantes é outra das priorida-

des, com especial atenção ao minibásquete e à retenção dos jovens. António Carlos defende novos formatos para os eventos destinados às camadas mais novas e uma maior capacidade de adaptação. “Temos uma juventude diferente, temos autarquias diferentes, temos um mundo diferente pela nossa frente e também temos de nos adaptar a essas mudanças.”

Entre as propostas está a criação do Clube Pró, estrutura com especialistas nas áreas da gestão, jurídica e elaboração de projetos, destinada a apoiar os clubes no acesso a recursos e financiamentos. A candidatura propõe ainda reforçar a formação de dirigentes e criar um circuito distrital de 3x3.

No plano competitivo, António Carlos quer aproximar os clubes das principais competições nacionais, tanto no masculino como no feminino. “Se não tivermos melhores clubes, não vamos ter melhor basquetebol. Mesmo que tenhamos melhores treinadores e melhores jogadores, são os clubes que os enquadram”, defende.

Contactada pelo Semmais para apresentar as suas propostas, Cristina Abrantes optou por não prestar declarações. ■



IMAGEM DR

Três meses depois, Carlos André está de regresso ao Vitória FC

Dirigente volta depois de uma breve passagem pelo GD Alcochetense. Presidente desvaloriza a saída e assegura harmonia com o treinador nesta decisão.

CARLOS ANDRÉ está de regresso ao Vitória FC, poucos meses depois de ter deixado o cargo de diretor desportivo. O clube sadino anunciou na terça-feira o retorno do dirigente de 44 anos ao Bonfim, agora para assumir a direção geral do futebol, após uma curta passagem pelo GD Alcochetense.

Na apresentação, o dirigente não escondeu a satisfação pelo regresso à estrutura do futebol vitoriano e recordou uma ligação ao emblema que começou muito antes da passagem iniciada em 2022/23, já que foi atleta do Vitória entre os

10 e os 21 anos. “Quando aqui cheguei em 2022 não conhecia ninguém, mas vim porque era o Vitória. Agora regresso a casa, depois destes meses de interregno. Não volto apenas por causa das pessoas, mas principalmente por aquilo que o Vitória FC significa para mim. Nunca foi uma questão de dinheiro”, afirmou.

Com cinco encontros já disputados esta temporada, o diretor geral pretende agora trabalhar em conjunto com Filipe Moreira, treinador que vinha acumulando também a pasta de diretor desportivo.

“Vou ter oportunidade de falar com o mister e perceber o que podemos fazer, sempre na perspetiva de melhor a qualidade do plantel e o jogo praticado. Temos de ter à cabeça também rigor e resiliência”, defendeu.

Francisco Alves Rito, presente na apresentação, desvalorizou o ‘divórcio’ de junho que levou à saída de Carlos André para o Alcochetense e saudou o regresso do dirigente. “É uma pessoa que está dentro do futebol e conhece profundamente a realidade do Vitória FC. Desde o momento

que ele demonstrou interesse e disponibilidade para regressar ao nosso clube, a direção aprovou essa ideia. Entendemos que o Carlos André pode acrescentar muito à estrutura de futebol”, afirmou o presidente da direção, assegurando que a decisão está em “harmonia” com a visão de Filipe Moreira.

PARCERIA COM A TAVFER VAI SER REFORÇADA

Noutro plano, a marcar a atualidade no Bonfim, os sócios do Vitória FC ratificaram o contrato com a Tavfer apresentado na Assembleia Geral de

julho, que na altura não chegou a ser votado devido a um requerimento de um grupo de associados.

Antes da reunião magna, realizada no passado dia 17, Francisco Alves Rito tinha defendido a importância da aprovação do acordo e destacado os benefícios da ligação à empresa que tem sido “main sponsor” do Vitória nas últimas três temporadas. “Este contrato vai permitir ao Vitória pagar a dívida à Autoridade Tributária, reforçar o Plano de Insolvência, liquidar a hipoteca de 2,7 milhões sobre os terrenos do Vale do Cobro e assegurar financiamento a médio prazo para a atividade desportiva”, disse na altura ao nosso jornal. ■

TEXTO DAVID MARCOS



PRR
Plano de Recuperação e Resiliência



Maria Rosário Santos



Maria José Mendes



Maria Helena

PRR Portugal

21.905 M €	25.066 M €	23.631 M €	14.869 M €	390.563
Dotação	Aprovado	Contratado	Pago	N.º Projetos Contratados
%	Aprovado / Dotação	Contratado / Aprovado	Pago / Contratado	
Per Capita *	1.412	1.616 €	1.523 €	958 €

Projetos PRR do Distrito de Setúbal

1.047 M €	1.025 M €	586 M €	23.613
Aprovado	Contratado	Pago	N.º Projetos Contratados
Aprovado Setúbal / Apr...	Contratado Setúbal / Con...	Pago Setúbal / Pag...	
4%	4%	4%	
873 €	854 €	488 €	

Projetos PRR do Distrito de Setúbal

Componente	Descrição	N.º Projetos Aprovados	Aprovado	N.º Projetos Contratados	Contratado	Pago	% Pago / Contratado
C01	Serviço Nacional de Saúde	98	117.471.725 €	80	116.658.832 €	35.966.597 €	31%
C02	Habilitação	165	316.405.548 €	158	307.285.310 €	166.862.624 €	54%
C03	Respostas sociais	268	94.684.733 €	285	94.684.733 €	55.907.576 €	59%
C04	Cultura	27	3.711.884 €	27	3.711.884 €	1.876.184 €	51%
C05	Investimento e inovação	162	128.624.143 €	156	125.349.163 €	76.002.681 €	61%
C06	Qualificações e competências	6457	95.181.679 €	6.455	90.485.803 €	56.120.606 €	62%
C07	Infraestruturas	2	83.409.473 €	1	81.566.758 €	81.673.335 €	100%
C08	Florestas	12	758.990 €	12	758.990 €	483.725 €	64%
C10	Mar	6	3.089.167 €	5	3.115.996 €	2.641.492 €	85%
C11	Descarbonização da indústria	20	80.309.089 €	20	80.309.089 €	44.237.784 €	73%
C12	Bioeconomia	2	5.145.885 €	2	5.145.885 €	4.292.463 €	83%
C13	Eficiência energética em edifícios	12459	26.593.746 €	12.458	26.589.850 €	16.369.357 €	82%
C14	Hidrogénio e renováveis	8	44.086.231 €	7	41.904.862 €	2.445.800 €	6%
C15	Mobilidade sustentável	2	6.366.769 €	2	6.366.769 €	5.407.293 €	85%
C16	Empresas 4.0	1175	12.534.831 €	539	11.701.586 €	7.076.602 €	60%
C19	Administração pública digital	31	6.603.543 €	31	6.603.543 €	3.649.408 €	55%
C21	REPowerEU	3375	42.448.209 €	3.375	42.448.209 €	24.816.800 €	58%
Total		24289	1.047.425.646 €	23.613	1.024.707.263 €	585.630.329 €	57%

DISTRITO SETÚBAL PROJETOS PRR



Concelhos	N.º Projetos Aprovados	Aprovado	N.º Projetos Contratados	Contratado	Pago	% Pago / Contratado
Alcacer do Sal	224	21.401.059 €	215	20.030.834 €	6.077.797 €	30%
Alcochete	609	19.166.293 €	585	18.980.895 €	9.804.787 €	51%
Almada	5.052	130.822.098 €	4.933	128.469.052 €	80.725.041 €	47%
Barreiro	1.701	73.150.778 €	1.662	73.110.278 €	37.122.055 €	51%
Grândola	435	58.812.805 €	405	57.781.982 €	50.827.476 €	88%
Malta	1.569	27.280.081 €	1.538	27.229.581 €	17.560.339 €	64%
Montijo	1.279	46.883.764 €	1.248	46.534.535 €	31.482.949 €	68%
Palmela	2.056	40.996.847 €	2.014	39.159.383 €	21.964.626 €	56%
Santiago do Cacém	960	110.115.129 €	891	105.247.727 €	67.145.521 €	64%
Seixal	4.809	108.553.977 €	4.725	106.846.921 €	64.917.349 €	61%
Sesimbra	1.814	33.105.900 €	1.756	33.023.400 €	27.216.458 €	82%
Setúbal	3.467	318.185.730 €	3.352	314.651.626 €	172.424.637 €	55%
Sines	347	59.372.388 €	322	53.861.049 €	18.581.293 €	34%
TOTAL	24.289	1.047.425.646 €	23.613	1.024.707.263 €	585.630.329 €	57%

Dados referentes a: 30/06/2024

* Valor da população com base nos últimos censo de 2011.

Somos PRR

Consulte os projetos em detalhe no site recuperacaoportugal.gov.pt

Aplique diversos filtros na sua pesquisa:
Interesse / Componente / Projeto / Destinatário / Regiões



Maria Rosário Santos



Maria José Mendes



Maria Helena

COREIA DO SUL, LAOS, MACAU E CABO VERDE ENTRE OS PAÍSES REPRESENTADOS

Quinzena de Dança traz contemporaneidade de diferentes geografias a Almada

Estrutura anfitriã estreia “A Espera do Baleiro”, no Teatro Joaquim Benite, um projeto que resulta de uma parceria com a região da Galiza e do trabalho com o coreógrafo Xián Martínez.

TEXTO DAVID MARCOS

A **QUINZENA** de Dança de Almada, que arranca esta sexta-feira e se prolonga até 11 de outubro, apresenta um cartaz repleto de espetáculos, estreias, residências, encontros profissionais e atividades para o público, para além de combinar a contemporaneidade com o intercâmbio entre criadores e programadores de diferentes países.

Segundo a diretora artística Ana Macara, a programação da 34.ª edição mantém duas vertentes que definem a estrutura do evento cultural, desde logo

com a Plataforma Coreográfica Internacional. “Acaba por se tornar num fórum de discussão, de apresentação e de intercâmbios. Há muitos intercâmbios que partem daqui”, explica ao Semmais a mesma responsável, recordando que a outra dimensão passa pela apresentação de espetáculos fora da plataforma, dirigidos a um público mais abrangente.

Na abertura da quinzena, a Companhia de Dança de Almada estreia “A Espera do Baleiro”, no Teatro Joaquim Benite. Esta criação resulta de uma parceria com o coreógrafo galego Xián Martínez que, iniciada no ano passado com a Galiza, deverá levar posteriormente o espetáculo numa pequena digressão à região espanhola.

Inspirada na ideia de baleiro, palavra galega associada ao vazio e à incerteza perante o que está por vir, o espetáculo cruza quietude e repetição. Ao nosso jornal Ana Macara adiantou que a obra, desenvolvida também com Bruno Duarte e os bailarinos da companhia questiona “o sentido da permanência” e o “gesto da despedida”.

PLATAFORMA RECEBEU CERCA DE 500 PROPOSTAS

Este ano, a Plataforma Coreográfica Internacional recebeu cerca de 500 propostas, das quais foram selecionados apenas cerca de 20 trabalhos. A escolha

foi também condicionada pelas possibilidades técnicas de apresentação.

Entre os projetos escolhidos encontram-se criações da Coreia do Sul, Laos, Macau e Cabo Verde. “Há uma variedade muito grande de peças que acho que, assistindo à plataforma, se fica com uma ideia do que é a dança contemporânea de hoje em dia”, afirma a diretora artística.

Fora da plataforma, o programa recebe IVONA dirigida pelo italiano Pablo Girolami, e a brasileira Nalini Cia de Dança. Workshops e encontros com coreógrafos procuram aproximar o público dos artistas e dos processos criativos.

Outra das novidades é a mostra “Saracoteio – Dança no Ecrã”, dedicada a criadores de países de língua oficial portuguesa, numa parceria com Macau e Cabo Verde. A seleção será também apresentada nos dois territórios, procurando dar maior visibilidade a estas geografias de criação.

A relação com Almada permanece no centro do festival, com Ana Macara a destacar o crescimento da formação e da prática da dança no concelho. A responsável considera mesmo que a quinzena acompanhou essa evolução: “Sentimos que fazemos parte de todo este crescimento da vida cultural de Almada e, em particular, da dança, da prática da dança e da apreciação da dança”. ■



IMAGEM DR

Interpretada por Ana Isabel Delgado, a peça materializa as memórias da relação com uma avó, numa reflexão sobre a passagem do tempo e a consciência da morte.



IMAGEM DR

“Entre Antes e Agora” leva reflexão sobre o tempo e a perda a Setúbal

“**ENTRE ANTES E AGORA**” sobe ao palco do Teatro de Animação de Setúbal este fim-de-semana para abordar a passagem do tempo, a antecipação do luto e a consciência da morte, através da relação entre uma neta e a avó. O espetáculo, interpretado por Ana Isabel Delgado, tem criação e encenação de Beatriz Carrana Nunes.

De carácter autobiográfico, a criação nasceu de uma reflexão da encenadora sobre a mortalidade. “Vem desta consciência e urgência em tentar compreender como é que se pode lidar com a morte e de como é que se pode fazer a antecipação do luto. Se é que há uma solução para isto...”, explica Beatriz Carrana Nunes ao nosso jornal.

Entre o passado e o presente, as memórias da relação com a avó são recuperadas através de um bolo de chocolate preparado ao vivo. A receita parte de um

hábito partilhado pelas duas e transforma-se numa forma de materializar o tema que atravessa a criação. “É o bolo que torna o tempo concreto, a memória concreta, a presença da avó concreta”, salienta.

Com poucos elementos em palco, o cenário divide-se entre uma cozinha, onde o bolo é preparado, e uma zona de sala associada às brincadeiras e recordações da personagem. É também nesse espaço que esta procura compreender a antecipação do luto. Deste modo, a criação procura criar um ambiente íntimo, onde os espectadores se sintam em casa e disponíveis para uma conversa sobre experiências pessoais.

Essa proximidade é, diz a encenadora, reforçada pela quebra da quarta parede e como o facto da atriz Ana Isabel Delgado cumprimentar individualmente os espectadores no início do espetáculo

e, durante a representação, dirigir-lhes perguntas e propor exercícios.

Apesar da temática central da obra, a opção foi evitar um registo excessivamente pesado. “Trabalhamos temas que são densos e profundos, mas o espetáculo é todo muito leve”, afirma Beatriz Carrana Nunes. As questões levantadas alargam-se à forma como cada pessoa utiliza o tempo, às despedidas e à incerteza sobre quando acontece o último encontro com alguém de quem se gosta.

“Entre Antes e Agora”, o primeiro espetáculo original criado e encenado por Beatriz Carrana Nunes, termina prolongando a relação estabelecida com a plateia. O bolo preparado durante a representação é partilhado com os espectadores, que são convidados a participar num brinde à vida. ■

TEXTO DAVID MARCOS

FEIRA MEDIEVAL DEVE ATRAIR CERCA DE 20 MIL PESSOAS À VILA

Palmela viaja ao século XIV com D. Afonso IV e a Ordem de Santiago

Reforçar a participação da comunidade local e prolongar a permanência dos visitantes no concelho são alguns dos objetivos da autarquia. Edição deste ano envolve cerca de uma centena de voluntários.

TEXTO DAVID MARCOS

A **FEIRA MEDIEVAL** de Palmela regressa esta sexta-feira ao Castelo e Centro Histórico para três dias de recriações, espetáculos e animação inspirados no século XIV. D. Afonso IV e a Ordem de Santiago dão o mote à edição deste ano, que deverá atrair entre 15 e 20 mil visitantes à vila.

Até domingo, mercadores, artesãos, músicos e homens de armas vão ocupar diferentes pontos do recinto, com jogos, ofícios, um mercado e animação itinerante. No Campo de Armas cavaleiros, torneios e demonstrações de combate recuperam a componente militar associada à Ordem de Santiago, numa programação que se prolonga pelas ruas e espaços do castelo.

A edição deste ano recua ao período entre 1340 e 1348 e tem a Batalha do Salado como uma das referências históricas. A narrativa criada para a feira coloca D. Afonso IV no centro dos festejos, acompanhado por nobres da corte, clérigos, freires de Santiago e outras figuras da sociedade medieval.

Mais do que a dimensão do evento, Pedro Taleço, vereador da câmara de Palmela, destaca a ligação que a Feira Medieval criou com a própria vila. O castelo, a história de Palmela e a presença secular da Ordem de Santiago dão, segundo o autarca, um significado particular à iniciativa, que encontra também uma forte adesão entre os habitantes. “É uma vila que se orgulha das suas raízes”, salienta.

Essa relação é visível também na participação da população, que se envolve nos cortejos, nas justas e noutras recriações ou, simplesmente, que veste trajes da época para acompanhar a feira. Para o vereador, existe uma identificação com o evento semelhante à que Palmela mantém com a Festa das Vindimas.

A dimensão alcançada pela iniciativa também se traduz nos números, com o município a estimar um investimento direto de cerca de 100 mil euros nesta edição. Apesar das perspetivas iniciais apontarem para 15 a 20 mil visitantes, Pedro Taleço admite que a afluência pode chegar aos 30 mil.

As vendas antecipadas ajudam a sustentar as expectativas avançadas pelo autarca. Mesmo com um “ligeiro aumento dos preços dos bilhetes”, que já “não era revisto há quatro anos”, a procura tem estado acima da registada, no mesmo período, nas duas últimas edições.



Esta mobilização estende-se também à organização, estimando-se a participação de mais de uma centena de voluntários. É precisamente neste envolvimento que a câmara, de acordo com o referido vereador, tem vindo a apostar para a concretização do evento, preparando com maior antecedência a participação dos habitantes locais e aumentando o número de pessoas diretamente ligadas à recriação.

FOCO NOS DIAS DE PERMANÊNCIA DOS VISITANTES NO CONCELHO

Contudo, o envolvimento da comunidade não se limita, à organização da feira. A câmara de Palmela quer aproveitar eventos desta dimensão para reforçar a ligação aos operadores turísticos e produtores do concelho para, deste modo, tentar prolongar os dias de permanência de quem visita o concelho.

“Transformar a visita de duas horas numa visita de dia inteiro ou de fim de semana ainda é um trabalho que nós estamos, nesta altura, a tentar reforçar”, explica Pedro Taleço. A estratégia passa por articular diferentes propostas e experiências, de forma a acrescentar valor à passagem pela vila.

Durante os três dias, a Feira Medieval distribui-se por diferentes espaços do castelo e do centro histórico, com áreas dedicadas a ofícios, jogos, música, dança, mercado e tabernas, além das recriações e momentos de animação previstos ao longo de cada jornada.

As portas abrem às 17h00 de sexta-feira, com a programação a prolongar-se até à meia-noite. No sábado, a feira decorre entre as 14h00 e as 00h00, enquanto no domingo funciona das 14h00 às 23h00. ■

PUBLICIDADE

FEIRA NOVA DE OUTUBRO '26

PARQUE URBANO - ALCÁÇER DO SAL

Reviver memórias, honrar gerações

2 SEX
22:00 CHICO DA TIÑA
00:00 DJ Funk Edition

3 SÁB
22:00 D.A.M.A
00:00 DJ Crazy Papi

4 DOM
17:00 Corrida da Tróia
22:00 ÁTOA
00:00 DJ Lopezzz

5 SEG
22:00 SIMPLY THE BEST
Tributo a Tina Turner

Alcácer do Sal
www.alcacerdosal.pt



IMAGENS DR

Em Elvas... tudo começou há mais de 800 anos, com um castelo mouro



Joia mundial da arquitetura militar mundial, Elvas viu nascer os seus primeiros monumentos defensivos quando ainda nem existia o reino de Portugal. Hoje o património castrense atrai milhares de visitantes.

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

POUCAS EXPRESSÕES descrevem tão bem uma localidade como a que Elvas possui. Chamar-lhe “sentinela da fronteira” é sintetizar, em três palavras, um passado secular feito de algumas refregas ocasionais e muitos combates assanhados e decisivos. Cidade castrense, onde os militares marcaram presença desde a primeira ocupação conhecida, a povoação raiana do distrito de Portalegre ainda exhibe orgulhosa o castelo e o conjunto de fortes e fortins que lhe valeram a classificação como Património da Humanidade. Conhecê-los por dentro e conhecer os feitos que lhe estão associados é conhecer a História.

No ponto mais elevado da cidade, o Castelo de Elvas domina a paisagem e contempla uma fronteira que, durante séculos, determinou o destino da cidade e do próprio país. As suas muralhas, torres e ameias testemunharam conquistas, cercos e mudanças profundas na arte da guerra, permanecendo como um dos símbolos maiores da identidade elvensa.

Para os mais apegados à edificação militar, não existe melhor ponto de partida para esta viagem pelas fortalezas, do que o castelo que se ergue no coração da cidade e carrega oito séculos de histórias. Classificado como Monumento Nacional há 120 anos, o Castelo de Elvas é o ponto de partida para compreender a história de uma cidade que cresceu ligada à defesa da fronteira. Mais do que um monumento isolado, e apesar das diferentes épocas de construção de cada um, integra um extraordinário conjunto fortificado, no qual

se destacam as muralhas abaluartadas e os Fortes de Santa Luzia e da Graça, erguidos em posições estratégicas nos montes que rodeiam a cidade.

É esta relação entre o castelo, o centro histórico, as muralhas e as fortificações exteriores que confere a Elvas uma paisagem militar única. Desde 30 de junho de 2012, a Cidade-Quartel Fronteiriça de Elvas e as suas Fortificações integra a Lista do Património Mundial da UNESCO, reconhecimento do valor universal de um sistema defensivo considerado o maior conjunto de fortificações abaluartadas de fosso seco do mundo.

MAIS ANTIGO QUE A NACIONALIDADE

A história do Castelo de Elvas começa muito antes da formação de Portugal. A fortificação tem origem islâmica e ocupa o ponto mais elevado da cidade, uma localização privilegiada para vigiar os caminhos, controlar o território e antecipar a aproximação de forças inimigas.

Depois da conquista definitiva de Elvas por D. Sancho II, em 1229, a fortificação foi reconstruída e adaptada. As intervenções realizadas ao longo dos séculos XIII e XIV reforçaram a estrutura defensiva e acompanharam a expansão da povoação, protegida por sucessivas cinturas de muralhas.

Durante a Idade Média, o castelo constituía o núcleo principal da defesa. Das suas torres era possível observar uma extensa área da planície envolvente e con-

trolar os movimentos junto à fronteira. No interior das muralhas, a população encontrava abrigo em períodos de ameaça, enquanto a fortificação assegurava a presença militar e afirmava o poder político sobre o território.

A evolução da artilharia tornou as muralhas medievais progressivamente insuficientes. Após a Restauração da Independência, em 1640, e perante a possibilidade de uma ofensiva espanhola, Elvas foi profundamente transformada.

A cidade recebeu uma nova cintura de fortificações abaluartadas, concebida para resistir ao fogo da artilharia e responder às exigências da guerra moderna. O sistema, iniciado no século XVII, desenvolveu-se em torno do centro histórico e do castelo, aproveitando a topografia e estabelecendo uma articulação visual e funcional com as fortificações exteriores.

O projeto ficou associado ao padre jesuíta e engenheiro militar neerlandês João Paschasio Cosmader, que aplicou princípios da escola holandesa de fortificação. O resultado foi uma complexa rede de baluartes, cortinas, revelins, fossos secos e caminhos cobertos, adaptada ao relevo irregular da cidade e considerada uma obra-prima da arquitetura militar do seu tempo.

Apesar de toda a evolução na construção de estruturas defensivas, o castelo não perdeu importância. Passou a ocupar o centro de um sistema muito mais vasto, funcionando como memória da cidade medieval e como ponto elevado de observação no interior da nova praça-forte.

A estrutura defensiva da cidade ganhou depois uma nova dimensão, com a construção, em 1641, a sul, do Forte de Santa Luzia. Implantado num outeiro fronteiro à cidade, foi concebido para impedir que as forças inimigas ocupassem aquela posição elevada e daí atacassem as muralhas.

Com a sua planta estrelada, baluartes, fossos e obras defensivas exteriores, Santa Luzia tornou-se uma peça fundamental na proteção de Elvas. O forte desempenhou um papel particularmente relevante durante o cerco de 1658 e nos acontecimentos que antecederam a Batalha das Linhas de Elvas, travada a 14 de janeiro de 1659. A resistência da praça-forte e a vitória portuguesa confirmaram a importância estratégica deste sistema defensivo.

Do lado oposto, a norte, encontra-se o Forte da Graça, construído no século XVIII, numa elevação que dominava a cidade. A decisão de fortificar aquele monte respondeu ao aumento do alcance da artilharia: deixá-lo desprotegido permitiria a um exército inimigo instalar ali as suas baterias e bombardear Elvas.

PATRIMÓNIO MUNDIAL É RESPONSABILIDADE DE TODOS

A classificação da Cidade-Quartel Fronteiriça de Elvas e das Fortificações como Património Mundial, em 2012, reconheceu a singularidade e a autenticidade deste conjunto. O bem inscrito pela UNESCO inclui o centro histórico, com o Castelo de Elvas e as antigas muralhas, o Aqueduto da Amoreira, os Fortes de Santa Luzia e da Graça e os fortins de São Mamede, São Pedro e São Domingos.

O presidente da câmara, José Rondão Almeida, salienta que esta distinção representa simultaneamente um orgulho e uma responsabilidade. “O castelo de Elvas é um dos símbolos maiores da nossa história e da identidade dos elvenses. A partir deste ponto nasceu e desenvolveu-se uma cidade que, pela sua localização na fronteira, desempenhou um papel fundamental na defesa da independência”, salienta.

Rondão Almeida diz também que “a classificação de Elvas como Património Mundial, em 2012, confirmou perante o mundo aquilo que os elvenses sempre souberam: possuímos um património de valor excecional. “Cabe-nos preservá-lo, valorizá-lo e transmiti-lo às gerações futuras”, acrescenta.

Mas, para além do valor histórico das construções militares, também existe um ganho turístico e cultural que o autarca não esquece. “Cada visitante que entra no nosso castelo, percorre as muralhas ou conhece os fortes leva consigo uma parte da história de Elvas. Queremos que essa experiência seja marcante e que desperte a vontade de regressar, porque Elvas não se descobre numa única visita”, diz. ■



PAULO SILVA
PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DO SEIXAL

SEIXAL DEFENDE QUE MELHORIA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO É FUNDAMENTAL PARA A MOBILIDADE DAS POPULAÇÕES

Com o início do ano letivo e o regresso ao trabalho vamos voltar a assistir à realidade que, há demasiado tempo, se repete nos comboios da Fertagus: composições sobrelotadas, munícipes transportados sem qualquer conforto, como «sardinhas enlatadas», e muitos utentes que ficam nas plataformas porque não conseguem entrar nos comboios.

Esta é a realidade vivida todos os dias, sobretudo nas horas de ponta, e que tem sido sucessivamente denunciada pela Câmara Municipal do Seixal e pelos próprios utentes. Não me tenho calado perante esta situação. Tenho estado presente no terreno, a acompanhar e a comprovar as condições indignas a que a população do Seixal, que depende deste meio de transporte para se deslocar, está sujeita no percurso entre a casa e o trabalho: apertados, muitas vezes em pé, sem condições adequadas de climatização e com níveis de conforto muito abaixo do que é exigível num serviço público de transporte.

Só quem vive esta experiência diariamente consegue perceber o que significa viajar nestas condições.

A minha intervenção e esta denúncia persistente já produziram alguns resultados. A Fertagus anunciou a aquisição de duas novas carruagens, que em breve vão entrar ao serviço. É uma medida positiva, mas estas duas carruagens serão apenas um paliativo perante a dimensão do problema. É necessário adquirir mais material circulante, aumentar o número de comboios e de carruagens e investir na modernização e melhoria da infraestrutura ferroviária.

Enquanto presidente da Câmara Municipal do Seixal, continuarei a defender os munícipes do concelho e a exigir um serviço de transporte ferroviário digno, fiável e com capacidade para responder às necessidades de quem dele depende todos os dias. Continuarei também a estar no terreno, a acompanhar esta realidade e a denunciar as condições que hoje são inaceitáveis.

Mas a resposta à mobilidade na margem sul do Tejo não pode limitar-se ao transporte ferroviário. É essencial uma estratégia integrada e estrutural, que passe também pelo aumento da fiabilidade e da oferta do transporte fluvial, com mais carreiras nas horas de ponta e com novas carreiras, nomeadamente para o Parque das Nações e para o Barreiro, e pela expansão do Metro Sul do Tejo.

É incompreensível que o Metro Sul do Tejo (MST) não avance rapidamente até à estação dos Foros de Amora, quando estamos a falar da construção de apenas 1,8 quilómetros de linha entre as oficinas do MST, em Santa Marta, e aquela estação. Com um investimento relativamente reduzido e com uma proposta de traçado já consolidada e estudada seria possível levar o metro a uma zona que serve, pelo menos, 50 mil pessoas residentes na freguesia de Amora. Não se compreende, por isso, que o Governo não avance com esta extensão a curto prazo, enquanto se anuncia o prolongamento do MST até zonas que distam dos atuais traçados dezenas de quilómetros, nomeadamente à Costa da Caparica, sem estudos ou análises sobre os futuros traçados e servindo muito menos população.

O que deve ser prioritário? Garantir melhores condições de transporte público a quem dele depende para trabalhar,

estudar e regressar a casa, ou privilegiar uma ligação sobretudo vocacionada para deslocações de lazer, nomeadamente para a praia? O acesso à praia e à fruição do território é importante e deve ser valorizado. Mas perante necessidades concretas da população não deverá ser prioridade garantir uma mobilidade pública mais eficiente para quem dela depende todos os dias?

São estas e outras questões que pretendemos colocar à tutela, numa reunião que solicitámos desde o início deste ano. Este é um problema que exige respostas estruturais, integradas e coordenadas. O reforço do transporte fluvial e a expansão do Metro Sul do Tejo poderão melhorar a mobilidade das populações e contribuir para reduzir a pressão sobre os transportes ferroviário e rodoviário.

Também no estacionamento junto às principais interfaces de transporte, a Câmara Municipal do Seixal tem procurado encontrar soluções concretas para facilitar a vida aos utentes. Nesse sentido, a autarquia começou a assumir a gestão de parques – da Fertagus, nos Foros de Amora, junto à estação ferroviária, e da Transtejo, junto à estação fluvial –, suportando os respetivos custos e disponibilizando estes espaços gratuitamente aos utentes.

Pretendemos fazer o mesmo em Corroios e no Fogueteiro. Existem parques de estacionamento geridos pela Fertagus que se encontram encerrados e que poderiam ser colocados ao serviço da população, através da gestão municipal e com estacionamento gratuito. Contudo, a Fertagus exige à Câmara Municipal do Seixal o pagamento de 13 mil euros mensais por cada um desses parques. Estamos a falar de um valor de cerca de 300 mil euros por ano, uma verba demasiado elevada, tendo em conta que, pelo parque junto à estação ferroviária dos Foros de Amora a Câmara Municipal paga à Fertagus cerca de 6500 euros mensais.

Não deixa de ser difícil compreender que se prefira manter parques de estacionamento fechados e sem utilização em vez de os colocar ao serviço da população através de uma solução que permita estacionamento gratuito para quem utiliza diariamente os transportes públicos.

A mobilidade é um direito essencial. E durante a Semana Europeia da Mobilidade, que agora assinalamos, importa reafirmar que promover a mobilidade mais sustentável não pode limitar-se a campanhas ou a uma semana de iniciativas. Tem de significar, sobretudo, garantir alternativas de transporte público que sejam fiáveis, acessíveis, confortáveis e capazes de responder às necessidades reais da população. Não podemos aceitar que milhares de pessoas sejam obrigadas a enfrentar condições indignas para chegar ao trabalho, regressar a casa ou deslocar-se dentro do seu próprio território.

Enquanto presidente da Câmara Municipal do Seixal, não vou abdicar de lutar por respostas concretas e estruturais. Vamos continuar a exigir mais transporte, mais capacidade, mais fiabilidade, mais conforto e mais qualidade no serviço público prestado aos utentes.

Porque a população do Seixal merece transportes públicos à altura das suas necessidades e da importância que o município tem no desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa.

EDITORIAL
RAUL TAVARES
DIRETOR

Três candidaturas, uma região

Há qualquer coisa de paradoxal em termos, na Península, três candidaturas à Capital Portuguesa da Cultura 2028 quando a região acaba de dar passos importantes para se afirmar como território comum.

Almada, Barreiro e Setúbal têm identidades culturais próprias, argumentos fortes e toda a legitimidade para apresentarem as suas candidaturas. A questão não está aí. Está na oportunidade que se perde quando aquilo que poderia ser uma afirmação cultural da Península acaba reduzido a três projetos municipais concorrentes.

E o paradoxo é maior porque hoje existem instrumentos para fazer diferente.

A criação da CIM da Península de Setúbal veio precisamente responder à necessidade de ganhar escala, reforçar a coesão territorial e afirmar uma estratégia comum para os nove municípios. E a AMRS, mesmo que tenha perdido força e, se calhar, objetivos, tem décadas de trabalho intermunicipal, e uma experiência acumulada na promoção cultural, na cooperação entre municípios e na valorização do território.

É obsessão minha, ou seria, por isso, legítimo esperar que também na cultura estas estruturas pudessem ter desempenhado um papel agregador.

Não se trata de defender que os municípios abdicassem das suas identidades. Pelo contrário. Uma candidatura regional poderia precisamente ter mostrado que a força da Península está na sua diversidade: o Tejo e o Sado, o património industrial e marítimo, a criação contemporânea, o movimento associativo, o teatro, a música, as artes visuais, o património e uma comunidade artística que não conhece as fronteiras administrativas.

Almada não deixa de ser Almada por fazer cultura com o Barreiro. O Barreiro não perde a sua identidade por trabalhar com Setúbal. E Setúbal não fica menor por integrar uma programação cultural pensada à escala da Península.

O problema é que continuamos muitas vezes a pensar regionalmente quando reivindicamos investimentos e fundos europeus, mas municipalmente quando chega a hora de mostrar ao país aquilo que somos.

Não quero ser abusivo, mas a criação da CIM deveria servir precisamente para ultrapassar essa lógica. E a experiência da AMRS deveria ajudar a demonstrar que a cooperação intermunicipal não é uma invenção de agora.

O que estranho é que, sabendo das ideias-base que concorreram para que a CIM fosse criada. E conhecendo bem algumas das visões preconizadas pelos nossos autarcas, com Frederico Rosa à cabeça, ainda se não consiga passar - mesmo que em temas não totalmente estratégicos - das políticas locais às de dimensão regional.

As três candidaturas são legítimas. A competição pode ser saudável. E caberá ao júri decidir qual responde melhor aos critérios do concurso.

Mas talvez a verdadeira questão esteja para além de 2028.

Porque, qualquer que seja o resultado, seria um desperdício que as três candidaturas acabassem simplesmente no dia em que for anunciada a escolhida. A Península tem aqui uma oportunidade para demonstrar que consegue transformar concorrência em cooperação.

A Capital Portuguesa da Cultura será, se vier para um dos três municípios, uma celebração de um ano. A construção de uma política cultural à escala da Península poderia ser uma conquista para muitos anos.

E talvez seja essa a discussão que deveríamos estar a ter agora.

semmais / Ficha Técnica

Diretor **Raul Tavares** / Redação, **Anabela Ventura, António Luís, Cristina Martins, David Marcos, José Bento Amaro** / Coordenação Comercial **Cristina Almeida** / Direção de arte **Pedro Frade** / Design e paginação **Arlinda Correia** / Serviços Administrativos e Financeiros **Mila Oliveira** / Distribuição VASP e Maiscom, Lda / Propriedade e Editor **Maiscom Edição e Publicações, Unipessoal, Lda**; NIPC 513 409 246 / Capital Social **Raul Manuel Tavares Pereira** (100%) / Redação Largo José Joaquim Cabecinha nº8-D, (traseiras da Av. Bento Jesus Caraça) 2910-564 Setúbal. E-mail: publicidade.semmais@mediasado.pt; Semmaisjornal@gmail.com / Telefone: 93 53 88 102 / Impressão Empresa Gráfica LUSOIBÉRIA, Av. da República, nº 6, 1050-191 Lisboa / Tiragem 20.000 (média semanal) / Reg. ICS: 123090. Depósito Legal: 123227/98 / **semmais.pt** / /jornalsemmais



elvas

património mundial
world heritage

